

Democratizar para integrar: Os impasses e a possibilidades de participação social no Mercosul¹

Marcos Costa Lima

Introdução

Iniciar esta reflexão associando três conceitos de natureza polissêmica, democracia, participação social e processos de integração regional, merece atenção preliminar, sobretudo porque são conceitos que além de sofrerem o impacto da história -e portanto de mudança constante- são apropriados e instrumentalizados de modo a justificarem intenções muitas vezes antagônicas. Além do que, mesmo que o exercício teórico-abstrato permita o estabelecimento de um amplo conjunto de reflexões, análises, hierarquias, o objeto estudado, em larga medida, será comparativo e carece de um caminho de ida e vinda entre a teoria e a realidade.

Este artigo está dividido em 04 partes: na primeira introduz alguns elementos empíricos e indicadores educacionais e de pobreza na América do Sul. Em segundo lugar trata a participação e movimentos sociais na região. Em terceiro lugar o processo de institucionalização do Mercosul, avaliando tanto a nova geografia política regional a partir de 2003, quanto as dificuldades de implantação da Agenda Social do Mercosul e, finalmente, as conclusões.

Recibido: 15/09/10 - Aceptado: 15/10/10

Programa de Pós-graduação em Ciência Política UFPE. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do desenvolvimento-D&R. E-mail: marcosostalima@terra.com.br

1 Este trabalho é dedicado a minha querida amiga Íris Laredo, da Universidade Nacional de Rosário, uma entusiasta do Mercosul. Agradeço a Jujú pela leitura atenta e sugestões valiosas.

Feitas estas breves ressalvas epistemológicas, gostaria de trazer à tona um comentário do economista argentino Aldo Ferrer (2008) segundo o qual em outras latitudes, a exemplo da Europa, a integração teve lugar entre economias industriais avançadas ou emergentes e que eram comparáveis em seus níveis de desenvolvimento, com uma forte coesão de suas estruturas sociais e uma relação simétrica não subordinada com a ordem mundial. Não foi este, como é sabido, o caso do Mercosul, pois aqui a integração acontece em países que ainda não consolidaram sua “densidade nacional²” em questões como a coesão social, posição vulnerável no contexto do modelo centro-periferia e que têm entre si assimetrias profundas de dimensão e patamar de desenvolvimento. Para falar apenas de um aspecto fundamental que é o nível de educação geral da população, quando alguns países europeus já tinham alfabetizado a ampla maioria de sua população, como na França e na Inglaterra, ainda hoje isto não se deu nos países que integram o Bloco. Se tomarmos o Índice de Alfabetização estabelecido pelo PNUD 200/2008, temos o seguinte:

Tabela 1
Índice de Alfabetização por Países Selecionados

Índice de Alfabetização	Percentual
Estados Unidos	99,0
Bélgica	99,0
Dinamarca	99,0
Alemanha	99,0
França	99,0
Países Baixos	99,0
Reino Unido	99,0
Portugal	94,9
Chile	96,5
Venezuela	95,2
Paraguai	94,6
Brasil	90,0
Argentina	97,6
Uruguai	97,9

Fonte: PNUD (2009), Human Development Report 2009. Overcoming barriers: Human mobility and development. New York: UNDP.

Ao observarmos esses índices, a primeira impressão é que a distância educacional entre os países de alto nível de desenvolvimento e aqueles da América do Sul não é tanta. Contudo, se avaliarmos outros indicadores, perceberemos de imediato a falsa impressão. Esses indicadores, se

2 O conceito de Ferrer entende como densidade nacional os seguintes elementos: coesão social, lideranças nacionais, pensamento crítico, que segundo ele, fundamentam as políticas de desenvolvimento viáveis e exitosas.

refinados, ampliados, seguem apontando os fortes contrastes entre centro e periferia. A Tabela 2 apresenta nuances inclusive entre países do centro e não apenas entre centro e periferia, mas também entre países periféricos. Observe-se, por exemplo, o caminho que tem pela frente o Brasil, principal economia da América Latina, em termos de ampliação da capacitação de sua população com 25 anos ou mais, no nível dos estudos “médios” e “altos”. Ao mesmo tempo, diferencial entre os Estados Unidos da América e os países europeus.

Tabela 2
Nível Educacional de população com 25 nos ou mais em
Países Selecionados. 2007-2008

Países	Nível Educacional		
	Baixo (ginasial)	Médio (secundário completo)	Alto (terciário)
Estados Unidos	14,8	49,0	36,2
Bélgica	42,3	31,0	26,8
Dinamarca	25,8	43,7	30,3
Alemanha	21,5	57,1	21,4
França	42,6	35,9	19,8
Países Baixos	34,8	38,6	26,0
Reino Unido	-	-	-
Portugal	72,4	11,4	11,2
Chile	-	-	-
Venezuela	63,9	21,7	12,8
Paraguai	72,6	23,6	3,7
Brasil	70,4	21,2	8,1
Argentina	65,7	23,2	11,1
Uruguai	72,4	15,1	9,6

Fonte: PNUD (2009), Human Development Report 2009. Overcoming barriers: Human mobility and development. New York: UNDP, pp.199-200.

Outro problema a acentuar as distorções educacionais na região é apontado por Bernardo Kliksberg (2010), assessor principal do PNUD para a América Latina, ao afirmar que um dos motivos do abandono da escola na América Latina é a permanência do trabalho infantil. Estima-se que mais de 11% das crianças menores de 14 anos de idade se vêem obrigados a trabalhar para compor a renda familiar. No mais das vezes, tarefas insalubres que além de lhes roubar a infância lhes impede de ir a escola impedindo-os de ampliarem as margens de inserção futura no mercado de trabalho. Segundo ele, temas concretos e reais para as crianças, como atenção familiar no primeiro ano e vida, pré-escola, vacinas, alimentação

saudável, educação criativa e de qualidade deveriam estar no centro das prioridades das sociedades latino-americanas.

Incluindo outro indicador de evidente disparidade centro-periferia, a CEPAL (2009) nos informa que o número de pobres saltou de 136 milhões em 1980 para 210 milhões em 2001, justamente onde a região sofreu os efeitos perversos das políticas de ajuste econômico sob a tutela do Fundo Monetário Internacional. Assim também com as medidas privatistas e neo-liberalizantes do “Consenso de Washington”, aceitas acriticamente pelos governos regionais.

Em 2008, o percentual da população da região considerada pobre era de 33%, incluídos os 12,8% que viviam em condições de indigência. Em 2006, a região começa a reduzir significativamente o número de pobres e indigentes com relação a 2002, como se pode observa pela Tabela 3. Cifras mais recentes também evidenciam melhora na distribuição de renda em relação a 2002 e a 1990, o que contribuiu parcialmente para a redução da pobreza. Esses indicadores são em grande medida resultantes das mudanças políticas havidas na região. Mesmo mantendo a configuração macroeconômica de governos passados, houve mais intensidade de medidas para as políticas sociais, antes negligenciadas. O caso brasileiro é emblemático neste sentido. Em tese de doutorado recente, onde analisa o dimensionamento dos gastos sociais da União, José Albino Cordeiro (2010), indica que a diferença entre os gastos do 1º governo Lula e os do 1º governo Fernando Henrique Cardoso foi de R\$ 127 bilhões e, entre o 1º governo Lula e o 2º governo Fernando Henrique Cardoso, foi de R\$ 65 bilhões. Estes gastos implicaram os seguintes setores: i) agrário e meio ambiente; ii) assistência social; iii) educação e cultura/desportos; iv) infra-estrutura sócio-econômica; v) política fundiária; vi) previdência social; vii) saúde; viii) segurança pública; ix) trabalho e emprego.

De todo modo pode-se afirmar que os estados da região estão assimetricamente preparados para proteger os seus setores vulneráveis ante um contexto econômico internacional adverso.

Tabela 3
Pobres e Indigentes na América latina
1980-2008 (percentual e nominal)

Percentual	1980	1990	1999	2002	2006	2008
Pobres	40,5	48,3	43,8	44,0	36,3	33,0
Indigentes	18,6	22,5	18,5	19,4	13,3	12,9
Em milhões de Pessoas						
Pobres	136	200	211	221	193	180
Indigentes	63	93	89	97	71	71

Fonte: CEPAL (2009), Panorama Social da América Latina. Santiago do Chile; Cepal.

A complexidade característica de um processo de integração como o Mercosul é ampliada pela excessiva concentração de renda e de salários nos países constituintes, em fraturas sociais e na subordinação econômica, ao pensamento e modelos oriundos dos países centrais. Portanto, neste espaço, o processo não pode ser reduzido à fixação de regras institucionais para a integração, nem ao estabelecimento de políticas públicas de alcance comunitário. Engloba e está condicionado pelas decisões próprias de cada país na construção de seu desenvolvimento nacional e nas ações conjuntas encetadas para a inserção regional no cenário da globalização, na resolução de assimetrias estruturais existentes.

Estas circunstâncias condicionam a estratégia integracionista, pois, em grande medida a situação social aumenta os problemas da integração. Como afirmou Ferrer, “en América latina, la integración está condicionada por las diversas estrategias de los países respecto de su inserción con el resto del mundo (Ferrer, 2008: 10)”. O economista reafirma a tradição do pensamento latino-americano, presentes em Celso Furtado e Prebisch, de que a região deve contar com as próprias forças e capacidades para construir um caminho aberto ao mundo.

Impressiona, na tabela 4, o reduzido percentual de pessoas não vulneráveis no Paraguai, mas também que mesmo os países com melhor situação social na região, ainda têm um longo caminho para redução da pobreza, pois o Uruguai, que apresenta a melhor situação, tem 36,7% de sua população vivendo em condições de pobreza.

Tabela 4
População vulnerável à pobreza em países selecionados da América Latina – Em percentual – 2008

Países	Indigente (1)	Vulnerável à Pobreza (2)	Pobres (3)	Não Vulneráveis (4)
Uruguai	4,5	14,7	17,5	63,3
Chile	4,4	15,5	17,9	62,2
Argentina	9,5	17,9	16,9	58,0
Brasil	12,5	19,4	15,7	52,4
Venezuela	10,9	25,5	21,7	41,9
Paraguai	34,3	32,0	15,0	18,7

Fonte: Fonte: CEPAL (2009), Panorama Social da América Latina. Santiago do Chile, Cepal, p. 34.

(1) Até 0,6 da linha de pobreza, (2) 1,2 a 1,8 da linha de pobreza, (3) pobres e altamente vulneráveis (0,61 a 1,2 da linha de pobreza), (4) não vulneráveis.

Participação e movimentos sociais

Acompanhando a interpretação de Immanuel Wallerstein I. (2001), o sociólogo uruguaio Alfredo Falero (2008) diz que as duas variedades de movimentos sociais que emergiram no século XIX foram o socialismo, que estabelecia um padrão de opressão de classe e o movimento nacional, cujo padrão de opressão era etno-nacional. Já nos anos 1960, houve o surgimento de um novo tipo de movimento anti-sistêmico, com um conjunto de reivindicações muito amplo, a começar pelo movimento estudantil, pelo movimento negro, o movimento contra a guerra do Vietnã, o movimento de mulheres e, mesmo, os movimentos contra o “socialismo real” e à burocratização dos sindicatos. A partir dos meados dos anos 60, a América Latina viverá “anos de chumbo”. De regimes ditatoriais que cobrirão um período de quase 26 anos, a começar pelo Brasil em 1964 e terminar, no Uruguai e no Brasil em 1985, em 1989 no Paraguai, com Stroessner, e finalmente em 1990 no Chile, com Pinochet. Como afirma Enrique Serra Padrós (2008), para impor a violência de mercado, foi exigida a reestruturação econômica destes países periféricos, além do disciplinamento da força de trabalho e dos movimentos sociais. “A originalidade dos regimes de segurança nacional do Cone Sul está na junção do Estado repressivo com a exigência de abertura dos mercados nacionais pelos setores econômicos internacionalmente hegemônicos (Padrós, E.S., 2008: p.156).”

A versão contemporânea destas lutas são os movimentos anti-globalização ou também *altermundialistas*, quando novos temas são incorporados, a exemplo da questão ambiental, dos Direitos Humanos, dos grupos étnicos e dos refugiados e imigrantes, fazendo sua convergência nos Fóruns Sociais Mundiais, que até pela forma de condução e diversidade de propósitos não chegou a conformar um programa claro de luta e de reivindicações.

Numa chave pessimista, Garretón et alli (2007) estabelecendo o conceito de Matriz Sócio-Política, afirmam que “Existem razões para acreditar que não surgirá um novo movimento social central que dê significado à multiplicidade de movimentos sociais que operam atualmente nos países da América Latina (Garretón et alli, 2007, p. 119)”. Estes autores partem da compreensão segundo a qual a matriz *nacional-estatal-popular* (sindicatos e partidos) estava superada, mas que com a emergência de uma variedade de formas de mobilização que seriam mais autônomas, de curto prazo e menos influenciados pelos políticos, não seria possível um movimento social coeso: “a diferenciação social pode significar fragmentação, identidades tênues e vulneráveis, demandas sem voz e conflitos endêmicos, com uma sociedade civil dominada pelos interesses das empresas e, em geral, incapaz de exercer muita influência no governo (Garretón et alli, 2007, p. 132)”. Contudo os mesmo autores admitem o fracasso do neoliberalismo e mais, que as mudança havidas são capazes de ampliar a voz dos países da região no mundo globalizado, mediante o aumento da integração econômica, política da região.

Para Emir Sader (2008), a dimensão autonomista destes movimentos apontava para a centralidade da “sociedade civil”, para a rejeição ao Estado, à política, aos partidos, ao poder, conforme foi consagrado no 1º Fórum Social Mundial e que são identificadas com as teses de Toni Negri e John Holloway. Para Sader, com o enfraquecimento do neoliberalismo, a luta na América Latina passou para outra fase, aquela da construção de alternativas e a disputa por uma nova direção política, que passa pela conquista de governos, para afirmar direitos.

Neste novo contexto, característico do que intitulo de *30 anos de hegemonia neoliberal*, as sociedades latino-americanas sofreram por certo os efeitos mais fortes das políticas de liberalização econômica, de desregulamentação financeira, de privatização do estado, de flexibilização laboral e, a articulação destas políticas com resultados econômicos desagregadores, pela violência destas medidas, foram justamente em grande medida o que fez a mudança de governos, com tendências, em maior ou menor medida, que sinalizam para a retomada de políticas sociais mais amplas, capazes de recompor o desmantelamento do Estado e mesmo de aprofundar o processo integracionista regional, quando não buscar ampliar as relações internacionais Sul-Sul, reduzindo os processos anteriores de subordinação às potências do Norte.

O processo institucional do Mercosul

São muitas as análises críticas dos mecanismos estabelecidos pelo Mercosul para garantir ou impulsionar a participação da sociedade civil no processo de integração. Mariana Vasquez (2008), que tem se especializado na questão social relativa à integração, aponta em primeiro lugar, o que chama de “deficiências transversais”, quer dizer, aquelas que atravessam toda a estrutura e metodologia do processo. Ela identifica deficiências que transcendem a questão da participação direta, para remeter ao problema mais amplo do déficit democrático do processo de integração e de sua maior ou menor capacidade para obter legitimidade (Vasquez, M. 2008, p. 90). Articula um conjunto de problemas a exemplo do déficit de prestação de contas à sociedade, ou sobre quem toma as decisões, ou ainda qual é o lugar da responsabilidade no processo de integração. Haveria uma ausência de legitimidade técnica social e ou política, com um impacto importante sobre o nível de efetividade e eficácia das decisões.

Também substantivo seria o déficit de transparência, pois o estado de aplicação do princípio de publicidade, que está presente no ordenamento jurídico dos estados membros, não são considerados quer no tratado de Assunção de 1991, quer no Protocolo de Ouro Preto (2004). A questão da transparência não se vincula apenas à publicidade, mas também o acesso aos documentos, sem caráter de intelegibilidade para a cidadania.

O Mercosul sofre de uma carência de visão regional, potenciada por um desenho institucional e metodológico onde predomina o intergovernamental. A dificuldade política de estabelecer e promover uma agenda regional e a concepção restritiva para a participação direta, entendida apenas como uma somatória de organizações reconhecida na dimensão nacional e considerada com representatividade neste âmbito. Estes elementos presentes no desenho do Mercosul cristalizam uma cultura institucional na qual predominam a visão nacional na negociação e a reserva com respeito à informação, que não favorecem nem muito menos estimulam o aprofundamento do processo em suas múltiplas dimensões possíveis.

Elitização e redução dos interlocutores do bloco

O Fórum Consultivo Econômico Social (FCES), é um órgão de representantes dos setores econômicos e sociais, tem definição legal no Protocolo de Ouro Preto e entre suas principais atribuições estabelecidas por resolução³ do Grupo Mercado Comum a emissão de recomendações. São elas: a cooperação ativa para o progresso social e econômico do Mercosul e da coesão econômica e social; a análise e avaliação dos impactos das medidas das políticas destinadas ao processo de integração; a proposição de normas e políticas econômicas em matéria de integração, bem como de contribuir para a maior participação da sociedade o processo. O FCES se organiza em seções nacionais autônomas que podem definir que setores econômicos e sociais são os mais representativos e, portanto, venham a integrá-lo.

Em documento produzido pela Secretaria do Mercosul (AAVV, 2005), são apontadas como deficiências externas e internas de participação:

- O papel exclusivamente consultivo do Fórum;
- As consultas feita pelo Fórum ao Grupo Mercado Comum (GMC) que sequer são respondidas. Segundo Vásquez, M. (2008: p. 91/92), em dezembro de 2005, de um total de 23 recomendações feitas pelo FCES ao GMC, se encontravam apenas 2 consultas. Em nenhum dos casos a instituição com poder decisório se manifestou sobre a recomendação feita, o que significa uma absoluta falta de prestação de contas vinculada a este procedimento;
- Quanto às deficiências internas, a participação no FCES é muito limitada. As seções nacionais concentram o registro e o reconhecimento dos atores da sociedade civil autorizadas a participar, de modo que nenhuma organização pode fazê-lo se a seção de seu país não a admitir.

3 N° 68 de 1996.

Diz o documento AAVV citado: “O escasso grau de compromisso das decisões tomadas no quadro institucional do Mercosul constitui um claro sinal de que muitos atores governamentais e não-governamentais têm dificuldades para aplicar ou para fazer cumprir decisões com respeito às quais não foram consultados (AAVV, apêndice A.3)”. O mesmo documento faz alusão ainda a um conjunto de problemas relativos à indisponibilidade de informações ao público em geral sobre os mecanismos de participação, de quem participa e como o faz; sobre a prestação de contas, etc. O que revela um boa dose de falta de transparência.

Esses problemas são assinalados também por Gerardo Caetano (2004), “*Aunque, como ha sido señalado por diversos autores, hay en el Mercosur um ‘déficit de democracia’ en la negociación formal de la integración, las sociedades y los agentes sociales, sus propias maneras de encarar el proceso y crecientemente llevan adelante actividades y estrategias comunes, como, por otra parte, lo han hecho a lo largo de la historia*” (Caetano, Gerardo 2004, p. 20).

Uma nova geografia política regional a partir de 2003?

Muito foi escrito sobre as mudanças de governo que se processaram na América do Sul, após 1999, com uma seqüência de presidentes eleitos, soi-disant de esquerda ou de centro-esquerda: Hugo Chávez na Venezuela (1999); Luís Inácio Lula, Brasil (2003); Nestor Kirchner, Argentina (2003); Tabaré Vázquez, Uruguai (2005); Michelle Bachelet, Chile (2006); Evo Morales, Bolívia (2006); Rafael Correa, Equador (2007) e Fernando Lugo, Paraguai (2008). Segundo Rubén Genayro e Mariane Vázquez: “El Mercosur tenía ya 11 años desde que nació en 1991, pero respondía a una lógica neoliberal que pregonaban, con diversas énfasis, los gobernantes de ese momento... el libre comercio era el objetivo” (Genayro, Rubén; Vázquez, Mariana; 2007, p. 21).

Estas mudanças alteraram os caminhos da integração regional, iniciando um processo ainda tímido, mas permanente de reduzir o peso do comercial e permitir um lugar para uma agenda social. Já em 2003, quando da elaboração pelo Conselho do Mercosul do Programa de Trabalho do Mercosul para 2004-2006 houve a decisão de promover no decorrer do ano de 2004 os estudos para o estabelecimento, no MERCOSUL, de Fundos Estruturais destinados a elevar a Competitividade dos sócios menores e daquelas regiões menos desenvolvidas, que veio a se constituir futuramente no Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)⁴, que passou a funcionar em 2007⁵.

4 http://www.bid.org.uy/intal/detalle_introduccion.asp?eid=472

5 O Focem dispõe inicialmente de US\$ 100 milhões por ano, onde o Brasil contribui com 70% deste montante, a Argentina com 27% o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%. A distribuição dos recursos é inversa, ou seja, o Paraguai recebe 48% do total, e o Uruguai 32%. Os projetos apresentados pela Argentina e o Brasil não podem ultrapassar 10% dos recursos do Fundo. Ver anexo ao final deste trabalho.

Também em relação à participação da sociedade civil, de estimular a implementação do projeto de cooperação com a UE referente à Dimensão Sócio-Laboral do MERCOSUL, que pouco avançou. No que diz respeito aos temas sociais, propunham delinear e desenvolver, durante 2004, estruturas de articulação dos centros de investigação social dos quatro Estados-Partes para a condução de reflexões sobre os temas sociais, entre outros aqueles referidos à pobreza, intercâmbio de experiências nacionais exitosas em programas e projetos sociais e desenvolvimento de indicadores sociais harmonizados que possam servir de base para o estabelecimento de metas para a política social dos países do MERCOSUL. Em relação à cidadania, propunha-se fortalecer o funcionamento do Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP) para adaptá-lo às novas demandas de uma agenda política que requeira um seguimento mais firme do processo de negociação, aprovação e incorporação das normas relacionadas com o MERCOSUL cidadão, com a integração educativa, social e cultural.

Essas iniciativas representaram, em termos políticos, alguma mudança nas diretrizes dos países envolvidos no processo, mas também a atmosfera política vivida pela região, que representavam, por exemplo, uma recusa dos princípios estabelecidos pelo Consenso de Washington. É importante assinalar que a maior articulação política do Mercosul permitiu que o Bloco recusasse a proposta da ALCA.

Em 2005, a presidência *pró-tempore* do Mercosul então no Uruguai, apresenta a iniciativa *Somos Mercosul*, que efetivamente deu início a um processo de mobilização, que muito embora necessite reparos e ajustes, veio fortalecer e permitir maior expressão dos movimentos sociais e ONG's no processo de integração. O presidente Tabaré Vázquez, propôs em junho de 2005, a criação deste Programa, como condição para concretizar um projeto capaz de fortalecer a cidadania regional, a partir de uma agenda ampla, produtiva, cultural e social.

É importante ainda assinalar aqui a criação do Parlamento do Mercosul, em dezembro de 2005. O Protocolo para a instalação deste novo órgão regional diz: El “(...) *Parlamento del Mercosur, con una adecuada representación de los intereses de los ciudadanos de los Estados Partes, significará un aporte a la calidad y equilibrio institucional del Mercosur, creando un espacio común en el que se reflejen el pluralismo y las diversidades de la región y que contribuye a la democracia, la participación, la representatividad, la transparencia y la legitimidad social en el desarrollo del proceso de integración y de sus normas*”. (Genayro, Rubén; Vázquez, Mariana; 2007, p. 88.).

Há uma boa descrição das atribuições deste Parlamento em Genayro e Vázquez, que ao mesmo tempo estabelecem um comentário equilibrado e comedido sobre as possibilidades dessa nova instância deliberativa: “Si

bien sus atribuciones son aún limitadas (ya que, por ejemplo, no podrá dictar normas), su establecimiento permitirá, además, un mayor control político de los decisores y un salto cualitativo en el tipo de relaciones interinstitucionales del bloque (está previsto, entre otros, un trabajo conjunto con los parlamentos nacionales). Sin embargo, no resuelve por sí solo el importante déficit democrático que caracteriza al Mercosur. Finalmente, la calidad del vínculo que este Parlamento establezca con la sociedad civil será, a su vez, central para avanzar hacia una cultura política e institucional favorable a un proceso de integración cualitativamente diferente” (Genayro, Rubén; Vásquez, Mariana; 2007, p. 90).

Em julho de 2006 foi realizado o 1º Encontro por um Mercosul Social e Produtivo, em Córdoba, Argentina, que reuniu mais de 500 organizações sociais, inaugurando uma série de Cúpulas Sociais que continuam até hoje. No marco deste Programa se estabeleceu uma política de formação, através da difusão do Curso “Somos Mercosul”⁶, com o objetivo de capacitar a cidadania em geral sobre a temática da integração regional e da participação social.

Na XXX Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, que aconteceu logo após a reunião social, o presidente Lula, afirmou que “Nosso bloco, a exemplo do que ocorreu com a União Européia, te diante de si o grande desafio da legitimidade. A presidência brasileira dará especial atenção a todos os temas que constituem a agenda da cidadania do Mercosul. Estarei pessoalmente empenhado em aproximar o Mercosul dos poderes locais e dos cidadãos”⁷.

Em dezembro de 2006, em Brasília, foi realizada Ia Cúpula Social do Mercosul, coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil e convocada nos marcos do Programa *Somos Mercosul*. Na declaração final do evento, que contou com mais de 500 representantes da sociedade civil, um conjunto de 23 reivindicações e recomendações foram feitas, abrangendo um amplo leque temático, da reforma agrária, à educação, da saúde ao emprego e trabalho, da promoção dos direitos humanos ao desenvolvimento sustentável, da proteção da juventude à cultura, aos problemas urbanos⁸. Em particular foi enfatizada a ampliação dos horizontes da participação cidadã na tomada de decisões sobre o destino do Mercosul⁹. Na apresentação do documento, o

6 <http://www.somosmercotur.org/?q=es/node/5>

7 In: Cúpula Social do Mercosul.(2006) p. 4.

8 Neste sentido vale acompanhar a rica experiência participativa produzida pelo movimento das Cidades do MERCOSUR, uma Rede criada em 1995 (Mercocidades), que no ano 2000 atingiu uma afiliação de 67 cidades e em 2005 contava com 138 cidades associadas, da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia y Perú. Em Genayro, Rubén; Vásquez, Mariana(2007), p. 94-97, há uma boa descrição dos entraves políticos desta Rede com o Grupo Mercado Comum. www.mercociudades.org.

9 In: Cúpula Social do Mercosul. p.11 item 6.

Ministro-chefe da secretaria-Geral da Presidência da República, Luis Dulci, que tem sido o órgão do governo brasileiro coordenador das ações com relação ao Mercosul social, afirmou: “Para que o Mercosul avance ainda mais rapidamente, a sociedade deve participar de forma efetiva dos espaços decisórios. Canais institucionais precisam ser criados com este objetivo”¹⁰.

A amplitude temática, a densidade das redes e organizações sociais na região que têm participado das questões referentes ao Mercosul, transbordou e superaram os diversos espaços institucionais e mecanismos previstos. São organizações vinculadas aos trabalhadores urbanos e rurais, às cooperativas, aos direitos humanos, gênero, etnias, ambientais, universidades, entre outros. Há, contudo, uma dinâmica regional que não se reflete na estrutura e metodologia do Bloco e que geram obstáculos importantes quanto a sua capacidade de influir nos destinos do Bloco. É nesse sentido que análises têm sido produzidas propondo “reengenharia institucional e metodológica” para produzir mais transparência e a inclusão de novos sujeitos na direção da ampliação e qualificação da democratização do Bloco.

Dificuldades na implantação da Agenda Social do Mercosul

Esperamos que tenha ficado claro, ao longo deste texto, que são muitos os impasses que se apresentam para a concretização do Bloco e, em especial, para uma efetiva participação social. Apresentaremos a seguir, de forma bastante esquemática, alguns elementos que consubstanciam estas dificuldades, a partir das esferas da saúde, da questão sindical, da Educação e dos movimentos agrários no Mercosul.

Sonia Draibe (2007) atribui a baixa eficácia das políticas sociais menos ao déficit de institucionalidade presente nos sistemas nacionais de políticas sociais e mais porque a política social ocupa, segunda ela, um lugar marginal ou dependente da política econômica. O fortalecimento destas políticas parece depender do aprofundamento dos seus vínculos com a política econômica, em um modelo de crescimento econômico no qual e a partir do seu próprio centro, a política social opere como sistema de proteção social e simultaneamente como fator produtivo, isto é, como alavanca do próprio crescimento.

Saúde. Estudando a política de saúde no Mercosul, a pesquisadora da UNICAMP assinala avanços institucionais importantes, a partir do SGT 11 Saúde, da estrutura oficial do Mercosul e que congrega comissões e subcomissões: Comissão de Produtos para a Saúde; Comissão de Vigilância Epidemiológica e Controle Sanitário (de portos, aeroportos, terminais e pontos de fronteira); Comissão de Serviços de Atenção à Saúde; Subcomissão de

10 In: Cúpula Social do Mercosul. p.9.

Serviços de Saúde; Subcomissão de Desenvolvimento e Exercício Profissional; e Subcomissão de Avaliação e Uso de Tecnologia em Saúde.

Sonia Draibe aponta ainda a Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul e Estados Associados -um fórum para discussão das macro-políticas e estratégias para o setor saúde- que define pautas negociadoras baseadas em estrutura de projetos e planos comuns consubstanciada em diversas comissões intergovernamentais conjuntas em grande número de temas como: Políticas de Medicamentos; Programa de Vigilância e Controle de Doenças Transmissíveis, Sarampo, Cólera, Dengue e Febre Amarela; Controle da Dengue; HIV/AIDS; Saúde Sexual e Reprodutiva; Controle do Tabaco; Saúde e Desenvolvimento; Gestão de Riscos e Redução de Vulnerabilidades; Saúde Ambiental e do Trabalhador; Implementação do Regulamento Sanitário Internacional; Doação e Transplantes; Sistema de Informação e Comunicação em Saúde; e Banco de Preços de Medicamentos do Mercosul. Não é pouca coisa.

Draibe faz comentários coerentes no que tange às *instituições da política social da integração*. Segundo ela, o Mercosul “Trata de conciliar ou harmonizar duas estratégias de escopo ou ambição distintas, ou seja, no plano das *instituições da política social da integração* opera com uma estratégia **minimalista**, de baixa efetividade, enquanto que no plano dos conceitos e objetivos da integração, opera com uma estratégia **maximalista**, apontando para um nível supranacional de unificação das políticas da proteção social. Ou seja, propõe o máximo em termos de conteúdo (a cidadania social sob políticas sociais unificadas) e o mínimo de instituições (ou nenhuma, na prática), que viabilizariam tal conteúdo” (Draibe, S. 2007). A conclusão não poderia ser outra, se a mobilização social não for efetiva e não provocar avanços, haverá uma profusão de instituições burocráticas sem eficácia. Um dilema Lampedusiano, de propor instituições para não mudar nada. Ou em outros termos, os resultados concretos para a sociedade serão muito reduzidos e o aparato institucional terá um efeito meramente retórico e político no pior sentido.

As conclusões da autora parecem corretas, caso o impasse aludido não seja rompido. Ou seja, para alcançar os objetivos de bem estar social integrado no processo de integração, mais vale para o desenvolvimento econômico e social dos países membros “um modelo que, diferentemente do cenário atual, inclua e privilegie o progresso social nas suas próprias metas econômicas” (Draibe, S. 2007).

A questão Sindical. Mesmo considerando a sistemática perda de vantagens trabalhistas e a precarização da mão de obra nestes 30 anos neoliberais, tanto em escala mundial quanto na América Latina e considerando a pouca ou nula disposição dos governos para adotar direitos sociais, a mobilização dos trabalhadores sofreu substantivamente.

Luis Eduardo Wanderley (2007), contudo, ressalta a articulação existente entre as centrais sindicais da região desde 1986, na Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), composta da CGT e CTA (Argentina), CUT, CGT e Força Sindical (Brasil), CUT (Chile), CUT (Paraguai), PIT/CNT (Uruguai) (Costa Lima, M. 1999).

Foi importante o reconhecimento que passaram a ter os sindicatos junto ao Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), constituído em caráter regional e com seções nacionais, e que chega a aglutinar 65% dos trabalhadores sindicalizados do Cone Sul e 90% dos países do Mercosul. Wanderley aponta ainda o Conselho de Trabalhadores do Cone Sul (CTCS), que abarca 35% dos trabalhadores organizados. A participação dos trabalhadores acontece, ademais, nos distintos grupos de trabalho temáticos (transporte, indústria, agricultura, energia, etc.), e faz menção ao Subgrupo de Normas Trabalhistas (SGT-10), reunindo governos, empresários e sindicatos, objetivando assegurar o mínimo de garantias no campo do trabalho para os trabalhadores da região, mas que não obriga os órgãos decisórios, apresentando-se mais como uma “expressão de intenção”. Acrescentem-se o Subgrupo de Trabalho sobre Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social, e a criação do Observatório de Emprego.

A participação nos subgrupos tem contribuído também para a aglutinação das entidades sindicais, a nível setorial, como no setor automobilístico, energia elétrica, agricultura, entre outros, embora faltem ainda iniciativas em diversos outros setores. Quanto às reivindicações da Carta Social e de criação de Fundos, não tem havido avanços, embora contínuem na agenda política.

Em 25 de fevereiro de 2004, o manifesto da CCSCS (Montevideu) estabeleceu comentários críticos sobre *O Mercosul depois de Ouro Preto: as prioridades do movimento sindical*, considerando as resoluções tomadas em Ouro Preto II. Estas críticas, contudo, têm tido, desde então, pouca repercussão e eficácia. Aqui ainda a região se vê constrangida seja pela decomposição social, pela crescente desigualdade, ruptura da identidade de classe e despolitização provocadas pelo projeto neoliberal

Em 2008, os representantes das centrais sindicais dos países do Mercosul estiveram presentes nas Cúpulas América Latina e Caribe (CALC), Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União das Nações Sul-americanas (UNASUL) que aconteceu em Salvador. Na ocasião, o representante da Cut do Brasil (Diretor-Geral da Cut Nacional), Messias Melo disse que “nós, das centrais sindicais da América do Sul, temos apoiado fortemente o processo de integração de nossos países. Estamos convencidos que nossos países sozinhos não conseguiriam atingir um grau de desenvolvimento igual ao dos países mais ricos sem essa união. No entanto, essa integração tem que servir a todo povo, principalmente

aos trabalhadores. Daí a importância das centrais sindicais se articularem para garantir os direitos do trabalhador nesse processo¹¹,

A Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS)¹², que representa mais de 25 milhões de trabalhadores, reunida na cidade de Montevidéu no marco da “IX Cumbre Sindical do Cone Sul para Fortalecer a Integração com Justa Distribuição da Riqueza, por mais Direitos e mais Emprego”, fez uma análise política da crise global, reconhecendo as conseqüências de uma política de redução e de enfraquecimento do papel e capacidade da ação do Estado. Frente aos problemas do Mercosul, ratificaram o compromisso com o fortalecimento dos processos de integração regional, convencidos de que estes constituem uma alternativa imperativa para os povos da região. Consideram fundamental a criação do ParlaSul e reivindicam um Mercosul baseado na geração de empregos dignos, na distribuição equitativa da riqueza e a unidade política nos espaços multilaterais e internacionais. Nesse sentido, consideram fundamental que o Mercosul faça todos os esforços necessários para impulsionar a construção da Unasul. Consideraram, ainda, a necessidade de realizar uma revisão profunda da Declaração sócio-trabalhista, para adequá-la às novas condições do mercado de trabalho, estabelecidas pelo avanço da integração comercial e o fato de que reconhecer a residência aos migrantes permitirá fazer crescer ainda mais nossa região.

Dentre as poucas vitórias que obtiveram no Mercosul, está o *Acordo Multilateral de Seguridad Social*, ratificado pelos quatro países, que permite a contagem de tempo de aposentadoria de pessoas que trabalham em mais de um país. Outra vitória foi a criação, por sugestão do governo brasileiro, da Reunião especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul, em 2004. A REAF é composta por representantes governamentais e da sociedade civil especialmente movimentos sociais do campo.

O Mercosul Educacional

Há um texto esclarecedor sobre o Mercosul Educacional em Gadotti, Moacir (2007), estabelecendo o percurso do Setor Educacional do Mercosul (SEM) e apontando seus avanços com a criação de programas e projetos, mas também seus desafios, que segundo ele, não são poucos. Diz Gadotti que a agenda educacional do Mercosul é ainda periférica no próprio Bloco e muito mais periférica se considerada a agenda global da educação no mundo. Atualmente está em vigor o Plano Estratégico 2006-2010. Tem-se trabalhado no sentido de implantar o ensino das duas línguas oficiais como forma de ampliar as compreensões culturais

11 Encontro Sindical do Mercosul presente na Cúpula da América Latina e Caribe. CUT Brasil.

12 Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul (2009): CGT e CTA Argentina; CUT, Força Sindical, UGT, CTB e CGTB do Brasil; CUT e CUTCAT do Chile; CUT, CUT A e CNT do Paraguai; PIT-CNT do Uruguai. Em dez 2009.

mútuas (mas ainda não obrigatório no conjunto das escolas públicas da região), também na direção de estabelecer a correspondência dos diplomas e, em dezembro de 2007, o Ministério da Educação do Brasil (MEC) encaminhou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Projeto de Lei de criação da Universidade da Integração Latino Americana - UNILA¹³, já assinado pelo presidente em dezembro 2009. Também recentemente o Protocolo de Apoio ao Programa de Mobilidade Mercosul em Educação Superior, em março 2010.

Estabelecendo uma avaliação abrangente, Luiza Maria Moura e Silva (2009), afirma que as metas estabelecidas no campo da educação evidenciam que as tentativas para unificar o Ensino Superior têm sido em grande medida formais enquanto os modelos de desenvolvimento (sustentável, auto-sustentado e endógeno) apontam para a necessidade de uma estrutura que permita conectar os resultados do ensino e da pesquisa às necessidades reais da integração e do desenvolvimento das sociedades sul-americanas. Ainda há muito a fazer para a integração educacional no Mercosul. A União Européia implantou no final dos anos 90 o Espaço Europeu do Ensino Superior. No Mercosul, teve início um processo lento de integração que passará por todos os níveis e que foi chamado de Setor Educacional do Mercosul¹⁴. Diferentemente de estabelecer uma padronização, a proposta do *Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários* (ArcuSul)¹⁵ não pretende copiar o modelo da União Européia, que reformou os curriculums e padronizou os formatos dos cursos. O Mercosul quer respeitar a diversidade interna dos países membros.

As Universidades Brasileiras e dos demais países membros têm estado ativas no acompanhamento e na proposição de medidas para o fortalecimento do Mercosul Educacional, a exemplo do Fórum Universitário Mercosul (FoMERCOSUL).

Movimentos Agrários no Mercosul.

A reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, uma das menores de toda a América Latina. A reforma feita entre 1985 e 2006 situa o Brasil no 15º lugar no Índice de Reforma Agrária da região, dois lugares antes do último colocado. Um por cento dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis do país, e 37% dos proprietários rurais possuem apenas 1% dessas terras¹⁶

13 Comissão de Implantação da UNILA (2009).

14 Disponível em <http://www.universia.com.br>.

15 Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/convite_arquitetura_agronomial.pdf.

16 IPEA 2005

O Censo Agropecuário 2006, divulgado em 2007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a concentração de terras persiste no país. De acordo com o instituto, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentra mais de 43% da área total.

A concentração e a desigualdade regional é comprovada pelo índice de Gini da estrutura agrária do país. Os dados mostram um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos. O Censo do IBGE mostrou um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

Na Argentina, o modelo rural que foi imposto é um modelo de exportação de mercadorias (“commodities”), de concentração da terra e de exclusão das populações. Das melhores terras agrícolas 20 milhões de hectares, hoje, estão nas mãos de não mais do que 2.000 empresas. Foi nos anos 90 que se produziu a maior transferência da exploração das terras da história do país, com a substituição da velha oligarquia por uma nova classe de empreendedores. Trescientos mil produtores foram expulsos e mais de 13 milhões de hectares foram penhorados por causa de dívidas não pagas. É preciso acrescentar a esta catástrofe social, a imigração maciça dos operários agrícolas. No Chaco, uma máquina substituiu 500 operários. Os proprietários arruinados alugam suas terras aos grandes empreendedores que usam os novos pacotes tecnológicos incorporando as sojas transgênicas e os agrotóxicos da Monsanto. A paisagem é transformada com a implantação de uma agricultura sem agricultores. Conta-se mais de 500 aldeias abandonadas. O país parece com um laboratório onde se experimenta a extinção da vida rural. Ocupado pelas transnacionais de sementes, Cargill, Nidera, Monsanto (Merlet, M.. 2006).

A Venezuela ostenta um dos mais elevados índices de concentração fundiária, onde 5% dos proprietários detêm 75% das terras. Mas, o pior desempenho nos termos desta concentração fica com o Paraguai, cujo índice é ainda pior que o brasileiro.

Estes lamentáveis indicadores apontam que aí reside um dos maiores problemas sociais da América o Sul, o que justifica não apenas a movimentação dos sem-terra, mas a necessidade de políticas efetivas para o grave problema¹⁷

17 A reforma agrária mais radical já feita no subcontinente aconteceu no Perú, entre 1968 e 1975, durante o ciclo de governos militares reformistas, que praticamente aboliram a grande propriedade no País. Hoje, 70% das terras peruanas estão nas mãos de pequenos e médios produtores.

Celso Furtado fez em 1976 uma indagação pertinente ainda hoje para o conjunto da América Latina: “Que relações existem entre a estratificação social, os sistemas de dominação e as mudanças que ocorrem em uma sociedade, em decorrência da acumulação? Como integrar o desenvolvimento econômico no processo de mudança social e relacioná-lo com os sistemas de decisão e as estruturas de poder?” (Furtado, C. 1976). Estas questões são inteiramente pertinentes ao nosso processo de integração regional.

Conclusões

A CEPAL¹⁸ produziu um cenário para a América Latina e o Caribe, que provoca uma série de dúvidas com relação aos condicionantes capazes de produzir coesão social na região. Para a Comissão, o enfoque sobre a coesão social faz referência tanto à eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão (sistemas de saúde, educação, proteção social, trabalho, etc.) como aos comportamentos e valorações dos sujeitos que formam parte da sociedade (confiança nas instituições, capital social, sentido de pertencimento e solidariedade, etc.).

O documento define assim a coesão social como a “dialética entre mecanismos instituídos de inclusão e exclusão sociais e as respostas, percepções e disposições da cidadania frente ao modo no qual eles operam¹⁹”.

Nos quatro pontos que definem os entraves da coesão social buscada, está em primeiro lugar, a dificuldade para alcançar taxas de crescimento capazes de produzir os recursos necessários para promover um maior bem-estar e conjugar crescimento com equidade. Contudo, o documento não menciona a possibilidade de políticas redistributivas; segundo, a brecha entre o acesso aos bens materiais e aos bens simbólicos; terceiro, a fragmentação do mapa de atores sociais e a deterioração dos laços societários, que impedem a construção de consensos e projetos coletivos. Aqui o documento também pouco trata das possibilidades de políticas públicas amplas (em governos ativos) e não meramente *focadas*; em quarto e último lugar a perda de confiança e a escassa adesão da cidadania a um marco normativo de reciprocidade e respeito a legalidade. Neste último ponto, o documento tampouco desenvolve a perspectiva de que os governos podem aumentar sua credibilidade, desde que trabalhem na direção da maioria e da equidade.

A resposta a estas questões remete, em temo estatal, ao desenvolvimento econômico, político e social ambiental que venha a contribuir para a manutenção ou mudança das quatro dificuldades levantadas pela CEPAL e que parecem deixar os problemas nas costas dos que estão em

18 CEPAL (2007).

19 Cepal (2007), p. 17.

situação marginal à grande política. No contexto regional, a superação das dificuldades dependerá do compromisso dos países membros para realizar um processo de integração regional democrático com movimentos sociais organizados e capazes de influenciar o regime

Não é difícil perceber que o processo de integração do Mercosul, com todas os seus altos baixos, permitiu aos 4 países membros rejeitarem o processo de subordinação à economia dos Estados Unidos e fortalecer o lugar da América do Sul no cenário mundial. Ao mesmo tempo, a solidariedade política estabelecida garantiu uma percepção conjunta dos estados membros de suas fragilidades intrínsecas e as possibilidades que poderiam advir das sinergias construídas, a começar pela União Aduaneira, mesmo que parcial (junto à OMC, em termos de comércio; com relação à matriz energética; às infra-estruturas comuns, ou mesmo em relação ao fortalecimento do processo democrático no Cone Sul - Tratado de USHUAIA, etc.). As políticas de substituição de importações dos anos 1950-70, se, por um lado, foi condição para que os países da região constituíssem seus parques industriais, ao mesmo tempo os afastou e gerou um desconhecimento generalizado entre eles e das possibilidades de cooperação possíveis. O processo de globalização e a pressão para que a região passasse a se articular preferencialmente com os grandes capitais centrais, consolidando políticas concentradoras de renda e a ampliação das desigualdades, foram variáveis fortes que provocaram mudanças políticas que, embora ainda muito restritivas, também em relação ao processo de integração, já se mostraram mais positivas para a maioria da população regional no Cone Sul.

Ilse Scherer-Warren (2007), estudiosa dos movimentos sociais, indica o que considera a nova formatação da sociedade civil nesse novo milênio, e especial na América Latina. Para ela, o que está emergindo é uma articulação em rede dos movimentos sociais, que buscam marca presença na esfera pública, mas que garanta a autonomia em relação à esfera governamental, buscando resguardar a autonomia de suas concepções e posicionamentos. “Está, pois emergindo um *movimento cidadão crítico*, já não mais com um projeto de poder para controle do estado, mas com um projeto de *controle social pela cidadania* em relação às questões nacionais de interesse público, o que alguns movimentos sociais populares denominam de projeto de nação. Para tanto, esses movimentos procuram *radicalizar a democracia*, não abrindo mão de negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais (...) capacitando essa participação e fortalecendo espaços próprios da sociedade civil organizada: desde os movimentos de base; através das articulações mediadoras (fóruns, associações e redes de redes); até as mobilizações de massa e de parcerias para a implementação de políticas sociais e públicas” (Scherer-Warren, Ilse 2007: 187).

Os argumentos da pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina são fortes e têm expressão empírica. De todo modo, os avanços do processo de integração no Mercosul devem muito a estas organizações que articuladas em redes têm feito avançar o processo de democratização das sociedades latino-americanas.

A crise que impactou o capitalismo sob hegemonia das finanças em agosto de 2008 representa em larga medida o fracasso das políticas dos *30 anos neoliberais* em escala mundial. A perplexidade gerada também dá lugar a novos questionamentos e procura de novas alternativas. Sem a menor pretensão de fazer profecias sociais, como nos alertava Bourdieu, que são amplamente solicitadas pelo grande público, é sabido que em períodos de estagnação econômica e falta de perspectiva quanto ao futuro, os movimentos sociais tendem a ampliar suas reivindicações. Se a violência das finanças mundiais, do capital portador de juros, aparece em toda a sua expressão e se articula aos desgastes ambientais e sociais, ao desemprego estrutural, a grande questão que se pode levantar é sobre a possibilidade dos novos modelos de desenvolvimento e, em que medida estará em jogo a alternância de projetos de sociedade.

Referências

- AAVV (2005). *Participación de la sociedad civil en el Mercosur*. Montevideo: Proyecto de Cooperación. Secretaria del MERCOSUR, BID.
- Caetano, Gerardo (2004). *Los retos de una Nueva Institucionalidad para el Mercosur*. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, diciembre.
- CEPAL (2009). *Panorama Social da América Latina*. Santiago do Chile: Cepal.
- CEPAL(2007). “Cohesión social. Inclusión y sentido de pertenencia en América Latina”, Cepal / AECI / Segib, Santiago de Chile, enero.
- COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNILA (2009). *A UNILA em construção. Um projeto Universitário para a América Latina*. Foz do Iguaçu; IMEA.
- Costa Lima, Marcos (1999). “Os trabalhadores no Mercosul”. *Política Hoje*, Año 6 N° 10, jan-jun, p. 49-79.
- Cordeiro, Jorge Albino D. (2010). “O Estado e a Seguridade Social: dimensionamento dos gastos sociais da união (1995/2006). Impactos dos benefícios assistenciais”. Tese de Doutorado/PIMES, IE. Recife. UFPE.
- CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL. (2008). Declaração Final. Brasília. Secretaria Geral da Presidência da República.

- Draibe, Sonia (2007). “Coesão social e integração regional: a agenda social do Mercosul e os grandes desafios das políticas sociais integradas” *Cadernos. Saúde Pública*, Vol. 23, suppl. 2 Rio de Janeiro.
- Falero, Alfredo (2008). *Las batallas por la subjetividad: luchas sociales y construcción de derechos en Uruguay. Una aproximación desde la teoría sociológica*. Montevideo: Fanelcor Editorial/Universidad de la República.
- Ferrer, Aldo (2008). “Densidade nacional y densidade regional”. En: *Densidades*, Nº 1, maio. Buenos Aires, 7-11. www.densidades.org.
- Furtado, Celso (1976). *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Gadotti, Moacir (2007). *O Mercosul Educacional e os desafios do século XXI*. Brasília. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Garretón, Manuel *et all* (2007). *América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro:FGV.
- Genayro, Rubén; Vázquez, Mariana(2007). *El mercosur por dentro*. Bogotá: Ed. Antropos.
- Kliksberg, Bernardo (2010). “El estado de la infancia en América Latina”. In. *Infolatam*: New York, 01 de abril.
- Merlet, Michel (2006). *Caderno de propostas. Políticas Fundiárias e Reformas Agrárias*. p. 34. <http://agter.asso.fr>.
- Padrós, Enrique Serra (2008). “Repressão e Violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In. Fico, C; Ferreira, Marieta M; Araújo, Maria P; Quadrat, Samantha V (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, p. 143-178.
- PNUD (2009). *Human Development Report 2009. Overcoming barriers: Human mobility and development*. New York. UNDP.
- Sader, Emir (2008). “Autonomia e Hegemonia”. In. www.cartamaior.com.br, 17 de junho. Acessado em 21/04/2010.
- Scherer-Warren, Ilse (2007). “Movimentos sociais e democracia com diversidade”. In: Ingrid Sarti. *Ciência, Política e Sociedade. As ciências sociais na América do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 183-193.
- Silva, Luisa M^a Nunez de Moura (2009). “Universidade e Pesquisa científica e desenvolvimento na América Latina”. In: VII Encontro Internacional. Fórum Universitário Mercosul. Foz de Iguaçu, set. GT13: Mercosul Educacional.

Vasquez, Mariana (2008). "Luces y sombras de la participación social en el MERCOSUR". In: *Densidades*, N° 1, Maio. Buenos Aires, p. 88-96.

Wallerstein, I (2001). *Conoce el mundo, saber el mundo: el fin de lo aprendido. Una ciencia social para el siglo XXI*. México: Siglo XXI/CHCH UNAM.

Wandelely, Luis Eduardo W. (2007). "A construção de um Mercosul Social". *Revista Ponto e Vírgula*, N° 1: 90-104.

Resumée

Cet article est divisé en 04 parties: la première présente des données empiriques et indicateurs de l'éducation et de la pauvreté en Amérique du Sud. En deuxième, présente la participation et les mouvements sociaux dans la région. Troisièmement, le processus d'institutionnalisation du Mercosur, l'évaluation à la fois sur la nouvelle géographie politique de la région depuis 2003, que les difficultés de mise en œuvre de l'agenda social de Mercosur et enfin, les conclusions.

Mots-clés: Mercosur; Mouvements-Sociaux; participation; nouvelle géographie politique; agenda social

Resumen

Este artículo está dividido en 04 partes: la primera introduce algunos datos empíricos y indicadores educativos y de la pobreza en América del Sur. En segundo, trata la participación y los movimientos sociales en la región. En tercer lugar el proceso de institucionalización del Mercosur, la evaluación tanto de la nueva política geográfica regional desde 2003, como de las dificultades de la implantación de la agenda social del Bloque y finalmente las conclusiones

Palabras-clave: Mercosur; movimiento social; participación; nueva geografía política; agenda social

ANEXO

Projetos prioritários do Focem

Segundo as informações fornecidas pela página eletrônica oficial do Focem, no decorrer desses dois anos de funcionamento (2007 e 2008) foram aprovados 25 projetos no valor de US\$ 197.736.479,00 como se verifica no quadro 1.

Quadro 1
Projetos aprovados no âmbito do Focem

País	Descrição	Montante total projeto (US\$)
Paraguai	Hábitat	12.914.680
Paraguai	Roga	9.705.882
Paraguai	Acceso y circunvalación Asunción	14.860.000
Paraguai	Apoio integral microempresas	5.000.000
Paraguai	Laboratorio biosegurança	4.800.000
Paraguai	Corredores viales	16.990.294
Regional	Programa de Ação Mercosul Livre da Febre Aftosa (Pama)	16.339.470
Uruguai	Rota 26 Melo – Arroyo Sarandi	7.929.000
Uruguai	Internalização produtiva-software, biotecnologia	1.500.000
Uruguai	Economía social de fronteira	1.646.820
Uruguai	Clasificadores	1.882.000
Uruguai	Intervenções multiplas en assentamentos	1.411.765
Uruguai	Rota 12 Empalme Rota 54 – Rota 55	4.371.000
SM1	Tarifa Externa Comúm	50.000
SM	Base de dados jurisprudencial	50.000
SM	MAPEO	70.900
Paraguai	Sist. de água potável e saneam., rurais, indíg	39.470.702
Paraguai	Rota 8, San Salvador – Ramal Rojas Potrero	6.344.800
Paraguai	Desenvolvimento de produtos turísticos Iguazú misiones	1.302.730
Paraguai	Pavimentação Rotas 6 y 7 – Franco Cedrales	5.846.500
Paraguai	Pavimentação Rota 2 – Bernardino Caballero	5.186.500
Paraguai	Recapado Rota 1 y 6 – Graneros del Sur	4.004.000
Paraguai	Mercosul Yporá	7.588.848
Brasil	Implementação da biblioteca (Biunila) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e do Instituto Mercosu de estudos Avançados (Imea)	22.000.000
Paraguai	Desarrollo Tecnológico, Innovación y Evaluación de la Conformidad (DeTIEC)	6.470.588
Total geral		197.736.479

Fonte: Página eletrônica oficial do Mercosul.

Nota:1 Secretaria do Mercosul.